

A MEMÓRIA SOCIAL E PADRÃO HETERONORMATIVO: COMO A DIVERSIDADE DAS IDENTIDADES SEXUAIS SÃO SILENCIADAS NO AMBIENTE ESCOLAR?

Barreto, Lara Costa. Mestranda do Programa da Pós-Graduação em Memória
Linguagem e Sociedade, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.
larac_barreto@yahoo.com.br

SANTOS, João Diógenes Ferreira dos. Doutor em Ciências Sociais pela
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, professor titular da
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.
jdiogenes69@gmail.com

Resumo: Neste trabalho irá se abordar a memória no sentido em seu sentido social, intercalando com noções de relações de poder que envolvem o contexto da diversidade das identidades sexuais, enfocando a sala de aula, especificamente como a professora e o professor reagem frente as várias formas de violência que sofrem crianças e jovens. Analisando o conceito da memória que passa a ser concebida como construção social, ou seja, como algo que os homens produzem a partir de suas relações e de seus valores. É bastante recente na história do pensamento, que os homens admitiram que a memória é algo que eles mesmos constroem a partir de suas relações sociais- e não a verdade do que se passou ou do que é. Sendo assim, faz-se uma análise em torno da crescente violência em torna de todas e todos aqueles que não seguem o padrão heteronormativo (LOURO, 2000) – homem/branco/hetero/rico - e como essas violências adquiriram também um caráter social, destacando sua presença em sala de aula.

Palavras-chave: Memória Social. Professora/Professor. Homofobia.

Abstract: This paper will approach the memory in order in its social sense, interspersed with power relations notions involving the context of the diversity of sexual the classroom, specifically the position of the teacher facing the various forms of violence that children and teenagers suffering . To mark the moment when the memory comes to be seen as a social construction, that is, as something that men produce from their relations and their values. It is quite recent in the history of thought, the men admitted that memory is something that they themselves build from their Social-relations and not the truth of what happened or what is. Therefore, it is an analysis about the growing violence makes it all and those who do not follow the pattern heteronormative (LOURO, 2000) - man / white / heterosexual / rich and as such violence also acquired a social character, highlighting their presence in the classroom.

Keywords: Social Memory. Teachers. Homophobia.

Introdução

A crescente violência e banalização da imensa crueldade que sofrem pessoas que não se enquadram no padrão sexual vigente – homem/branco/classe

media/heterossexual – torna-se preocupante e alarmante, onde se percebe a passividade das mídias, da sociedade como um todo, nesses tipos de violências. E a escola não foge a essa regra. A professora e o professor têm um papel importante no processo de aprendizagem do educando (colocando a importância do professor como mediador, sem o sentido e discurso de ser piégas) e visto que seu silêncio pode contribuir e legitimar para que crianças e jovens se adequem aos padrões de gênero pré-estabelecido levando, entre outras violências, a homofobia.

Ao se abordar as relações de poder, as coerções que sofrem determinadas camadas da população é também falar sobre como essa memória social esta inserida nesse contexto. É importante conceituar o que se entende sobre a memória social, sua importância para melhor compreensão da sociedade e suas relações. Segundo Gondar (2005) a memória social é um território móvel, cujas fronteiras alojam uma multiplicidade de definições (...) onde não se pode formular um conceito no sentido clássico do termo, ou seja, aquele que implica postular a identidade e a permanência de alguma coisa (...) acompanhar sua mobilidade. A memória social é habitualmente caracterizada como polissêmica, onde de um lado podemos admitir que a memória comporta diversas significações; de outro, que ela se abre a uma variedade de sistemas de signos.

A polissemia da memória é uma importante baliza diante das tentativas do autoritarismo conceitual, contudo ao buscar um rigor maior conceitual, se propõe um acréscimo de um complicador a essa ideia, onde o conceito de memória social é além de polissêmico, transversal (ideia extraída de Guattari, 1992) ou transdisciplinar (GONDAR, 2005).

A memória social é um conceito eminentemente ético e político. Seu conceito apresenta significações diferentes. Qualquer perspectiva será parcial. Pensar a memória como uma reconstrução racional do passado, erigida com base em quadros sociais bem definidos e delimitados, como fez Halbwachs (1990), levando-nos a um tipo de posicionamento político; afirmar, em contrapartida, que a memória é tecida por nossos afetos e por nossas expectativas diante do devir, concebendo-a como um foco de resistência no seio das relações de poder, como propôs Foucault (apud Guattari, 1992), implica outra ética e outra posição política.

Assim, ao nos posicionarmos em relação à memória social e fazendo uma análise sobre as identidades sexuais, é importante o questionamento: em que direção essa concepção de memória nos lança sobre a diversidade sexual? O que

esperar dela? O que se observa e, como asseguram alguns autores que pesquisam e trabalham com a categoria de gênero (SAFFIOTI, 2004; SCOTT, 1989; LOURO, 2000) é igualmente utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. O seu uso rejeita explicitamente as justificativas biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum para várias formas de subordinação no fato de que as mulheres têm filhos e que os homens tem uma força muscular superior. O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as 'construções sociais' – a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres (SAFFIOTI, 2004).

Visto como ameaça, a possibilidade das diversidades sexuais que o indivíduo possa possuir, a sociedade detém o discurso onde legitima qualquer violência contra gays, lésbicas, transexuais e transgênero, dentre outros, e até mulheres heterossexuais (que não foge a essa violência), fazendo passar despercebidas e até mesmo 'naturalizadas' pela mídia, redes sociais, em todos os espaços, onde na escola também reforça esse modelo.

Citando Debora Britzman (1996, p. 74), Louro (2000) afirma que:

Nenhuma identidade sexual — mesmo a mais normativa — é automática, autêntica, facilmente assumida; *nenhuma* identidade sexual existe sem negociação ou construção. Não existe, de um lado, uma identidade heterossexual lá fora, pronta, acabada, esperando para ser assumida e, de outro, uma identidade homossexual instável, que deve se virar sozinha. Em vez disso, toda identidade sexual é um constructo instável, mutável e volátil, uma *relação social* contraditória e não finalizada (LOURO, 2000, p. 27, grifo do autor).

Analisando essa percepção com a memória social, pode-se admitir que o conceito de memória sob a perspectiva onde se admite sua transversalidade e suas implicações ético-políticas, os discursos que almejam a imparcialidade costumam ocultar o olhar, a posição e a vontade de quem os emitem. Pretendem, assim, tudo julgar sem correr o risco também de serem julgados. Em um campo múltiplo e móvel como o da memória social, toda perspectiva envolve a escolha de um passado e aposta em um futuro. Cabe a nós responder por essa escolha e pelas consequências que ela implica.

Nossa sociedade detém um modelo ainda patriarcal, onde o homem possui todos os direitos e é a todo tempo é imposto uma virilidade, demarcando o território do 'masculino' e 'feminino' Segundo Bourdieu (1995):

Inúmeros ritos de instituição, sobretudo os escolares ou militares, comportam verdadeiras provas de virilidade, orientadas no sentido de reforçar solidariedades viris. Práticas como, por exemplo, os estupros coletivos praticados por bandos de adolescentes — variante desclassificada da visita coletiva ao bordel, tão presente na memória dos adolescentes burgueses —, têm por finalidade pôr os que social instituída por uma dessas "linhas de demarcação mística", conhecidas e reconhecidas por todos, que o mundo social desenha, inscreve-se em uma natureza biológica e se torna um *habitus*, lei social incorporada (BOURDIEU, 1995, p. 65).

De acordo com Louro (2000) é, então, no âmbito da cultura e da história que se definem as identidades sociais (todas elas e não apenas as identidades sexuais e de gênero, mas também as identidades de raça, de nacionalidade, de classe etc). Essas múltiplas e distintas identidades constituem os sujeitos, na medida em que esses são interpelados a partir de diferentes situações, instituições ou agrupamentos sociais. A autora afirma que:

Portanto, as identidades sexuais e de gênero (como todas as identidades sociais) têm o caráter fragmentado, instável, histórico e plural, afirmado pelos teóricos e teóricas culturais. Pela centralidade que a sexualidade adquiriu nas modernas sociedades ocidentais, parece ser difícil entendê-la como tendo as propriedades de fluidez e inconstância. Frequentemente nos apresentamos (ou nos representamos) a partir de nossa identidade de gênero e de nossa identidade sexual. Essa parece ser, usualmente, a referência mais "segura" sobre os indivíduos (LOURO, 2000, p. 7).

Assim como o gênero, concebe-se a memória social como a esfera por meio da qual a sociedade representa para si mesma a articulação de seu presente como o passado, configurando, em consequência, o modo pelo qual os indivíduos sociais representam a si próprios (...). Sob esse ponto de vista, o campo da memória é o campo das representações coletivas. É sob a inspiração da sociologia de Durkheim que essa 'evidência' se constrói. Em representações coletivas, Durkheim traçou uma analogia entre a esfera da memória e da representação coletiva: a memória nesse caso, via-se reduzida a um arquivo de representações, não sendo levados em conta os movimentos reais que essas representações representam. Pensando que a

esfera social é viva, pulsante e em constante mudança, as representações são apenas o referente estático do que se encontra em constante movimento.

Sendo assim, como pensar a diversidade das identidades de gênero no contexto escolar? Como tornar legítima toda manifestação do sujeito em sala de aula? Ao que se vê e se presencia, se tornou legítimo a produção de apenas um único modelo de identidade sexual. Como a memória social é política, envolve a constante relação de poder, onde apenas o homem/branco/rico/heterossexual é detentor de direitos, e esses questionamentos são de extrema importância, para que se possa refletir e analisar como estão sendo retirados os direitos da população LGBTTI (gay, lésbicas, travestis, transgênero, intersexo), principalmente na escola, onde esse espaço tem se tornando cada vez mais ameaçador e perigoso a esses indivíduos.

A discussão em torno das violências que sofrem constantemente a população LGBTTI na escola, bem como de mulheres heterossexuais, negros e negras, se torna de extrema importância, onde todas e todos possam ter acesso ao exercício de sua cidadania e a uma educação onde todos tenham acesso. Vive-se ainda em uma sociedade onde poucos conseguem circular no campo dos direitos, e se tem a sensação que a violência em torno dessa população se torna 'legítima', por ser vista como 'natural', como 'verdades'.

Segundo Louro (2000), gestos, movimentos, sentidos são produzidos no espaço escolar e incorporados por meninos e meninas, tornando-se parte de seus corpos. Ali se aprende a olhar e a se olhar, se aprende a ouvir, a falar e a calar; se aprende a *preferir*. Todos os sentidos são treinados, fazendo com que cada um e cada uma conheça os sons, os cheiros e os sabores "bons" e decentes e rejeite os indecentes; aprenda o que, a quem e como tocar (ou, na maior parte das vezes, não tocar). Pode-se questionar que a sexualidade é uma construção social: o que é próprio do feminino e do masculino é tudo aquilo que cada sociedade assim convencionou.

Segundo Borrillo (2010), a semelhança do racismo, do antissemitismo ou da misoginia, a hostilidade contra os gays e as lésbicas (podemos incluir na discussão da criança transgênero) é, antes de tudo, o resultado da impossibilidade vivenciada por alguém para se representar a diferença. A pressão que é imposta como sendo aceito e legitimado apenas um tipo de exercício da sexualidade, leva muitas pessoas

a cometer suicídio por não aguentarem tamanha coerção e pressão para inibir os desejos e sentimentos por pessoas do mesmo sexo.

A heterossexualização do desejo requer e institui a produção de oposições discriminadas e assimétricas entre 'feminino' e masculino', em que estes são compreendidos como atributos expressivos de 'macho' e 'fêmea'. Segundo Butler (2003):

Que aliança peculiar existe, presumidamente, entre um sistema de heterossexualidade compulsória e as categorias discursivas que estabelecem os conceitos de identidade do sexo? Se a 'identidade' é um efeito de praticas discursivas, em que medida a identidade de gênero- entendida como uma relação entre sexo, gênero, pratica sexual e desejo- seria efeito de uma pratica reguladora que se pode identificar como heterossexualidade compulsória (BUTLER, 2003, p. 39)?

Entender a categoria de gênero, suas implicações sociais é um debate social. Assim como a memória, as identidades de gênero não são fixas, imutáveis. São categorias múltiplas, polissêmicas. Compreendemos assim, que a 'unidade' do gênero é o efeito de uma pratica reguladora que busca uniformizar a identidade do gênero por via da heterossexualidade compulsória. A força dessas práticas são, mediante um aparelho de produção excludente, restringir os significados relativos de 'heterossexualidade, 'homossexualidade' e 'bissexualidade', bem como os lugares subversivos de sua convergência e re-significação. O fato de os regimes de poder do heterossexismo e do falocentrismo buscar incrementar-se pela repetição constante de sua lógica, sua metafísica e suas ontologias naturalizadas não implica que a própria repetição deva ser interrompida (BUTLER, 2003).

Considerações Finais

As reflexões em torno das representações de gênero na escola se tornam urgente e fundamental, visto que diariamente crianças e jovens sofrem tamanha violência, tanto física quanto psicológica, sobre suas vestimentas, modo de nadar, falar, sendo todo o tempo vigiado e coagido a seguir padrões dominante de gênero. Portanto, pensa-se que a produção dos sujeitos é um processo plural e também permanente. Se múltiplas instâncias sociais, entre elas a escola, exercitam uma pedagogia da sexualidade e do gênero e colocam em ação várias tecnologias de

governo, esses processos prosseguem e se completam através de tecnologias de autodisciplinamento e autogoverno que os sujeitos exercem sobre si mesmos (LOURO, 2000).

Através de múltiplas estratégias de disciplinamento, aprendemos a vergonha e a culpa; experimentamos a censura e o controle. Acreditando que as questões da sexualidade são assuntos privados, deixamos de perceber sua dimensão social e política. Diante disso, pensar em uma escola onde todos tenham acesso, independente se sua orientação sexual/etnia/classe é primordial para a construção de uma sociedade mais igualitária.

Referências

BORDIEU, P. A. Dominação Masculina. **Educação e realidade**, v. 20, n. 2, p. 133-184, jul./dez. 1995.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (Orgs.). **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contracapa, 2005.

GUATTARI, Félix. Da produção da subjetividade. In: _____. **Caosmose**: um novo paradigma estético. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Edições Vértice, Editora Revista dos Tribunais Ltda., 1990.

SAFFIOTI, Heleith I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCOTT, Joan. **Gender**: a useful category of historical analyses. New York: Columbia University Press, 1989.